

LEI COMPLEMENTAR Nº 031/2008.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE USO À EMPRESA “CACHAÇARIA SERRINHA LTDA” DE IMÓVEL QUE MENCIONA.

A Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho - MG, por seus vereadores, aprova e Eu, ANA ROSA MENDONÇA LASMAR MOREIRA, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 14, § 1º, e 15 da Lei Orgânica deste Município de Ribeirão Vermelho, à proceder a concessão de uso não onerosa, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado, à Empresa **CACHAÇARIA SERRINHA LTDA ME**, CNPJ Nº. 04.209.661/0001-82, estabelecida na Estrada da Serrinha, s/n, Sítio Serrinha, Zona Rural, Município de Lavras MG, do imóvel de propriedade da municipalidade, (antigo Matadouro Municipal), com uma área de 1.410,00 m², (mil quatrocentos e dez metros quadrados), situado na Rua Nossa Senhora Aparecida, s/n, com as seguintes divisas e confrontações: pela frente em 15.00 mts com o prolongamento da Rua Nossa Senhora aparecida; 86.00 mts pelo lado direito, 55.00 mts pelo lado esquerdo e 25.00 mts pelos fundos com Sebastião Martins de Andrade.

Art. 2º - A concessão de uso de que trata o artigo 1º desta Lei é para os fins de utilização econômica de interesse público, e tem por objeto a instalação de empresa de produção, engarrafamento e comercialização, atacadista e varejista, de cachaça artesanal e licores pela concessionária neste Município de Ribeirão Vermelho.

Parágrafo Único - A Concessionária terá um prazo de 06 (seis) meses, a partir da assinatura do contrato de concessão de uso, para comprovar seu efetivo funcionamento, que se dará através da licença de localização e funcionamento expedida pelo Poder Público Municipal.

Art. 3º – A concessão de uso de que trata o artigo 1º desta Lei será formalizada através de contrato administrativo, e conterà as seguintes cláusulas:

- I - Caráter pessoal, intransferível;
- II - Vedada subseção, locação, empréstimo a pessoa jurídica diversa da cessionária;
- III - Vedada utilização diversa daquela determinada nesta Lei;
- IV - Reversibilidade imediata em favor do Município, na hipótese de descumprimento de qualquer das cláusulas desta Lei e do contrato;
- V - Incorporação de todas as benfeitorias edificadas no imóvel cedido sem obrigação de indenização de qualquer natureza por parte do Município;
- VI - Rescisão unilateral por interesse público.
- VII- Dispositivo que obriga o concessionário a responder pelos tributos incidentes sobre o imóvel e tarifas de consumo de serviços públicos, na forma da Lei.

Art. 4º - A Administração Municipal terá direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei e no instrumento da concessão.

Art. 5º - A alteração do destino do imóvel, a inobservância das condições constantes desta Lei, ou das cláusulas do instrumento de concessão, bem como o descumprimento de qualquer prazo fixado, implicarão na automática rescisão da concessão, revertendo o imóvel ao Município, incorporando ao seu patrimônio as edificações e benfeitorias nele executadas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 16 de maio de 2008.

Ana Rosa Mendonça Lasmar Moreira
Prefeita Municipal

Alerson Claret de Jesus
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda